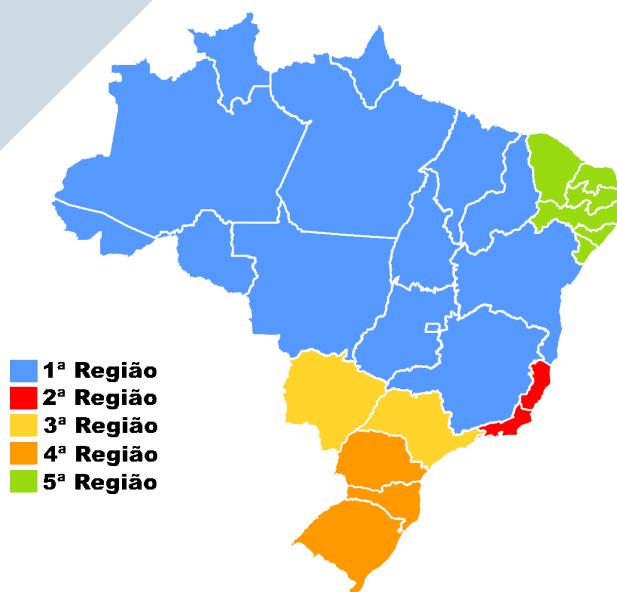


Justiça Federal

Digital

► Facilidade

Validação de cadastro para uso do processo eletrônico na JFES pode ser feita de qualquer Estado



► Residentes de outros estados já podem se cadastrar no processo eletrônico da JFES em qualquer unidade da Justiça Federal

A partir da edição do Provimento nº 15, de 9 de dezembro de 2014, do Conselho da Justiça Federal (CJF), o interessado no credenciamento ou na validação de cadastro no sistema de processo eletrônico da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) pode fazê-lo em qualquer unidade da Justiça Federal, inclusive de outro estado.

Basta comparecer à unidade da JF mais próxima e procurar o servidor responsável pelo credenciamento de usuários. O servidor fará a sua identificação presencial e a remessa dos documentos exigidos no Regulamento do Processo Eletrônico da JFES para o e-mail provimento15@trf2.jus.br, juntamente com a certidão lavrada por ele.

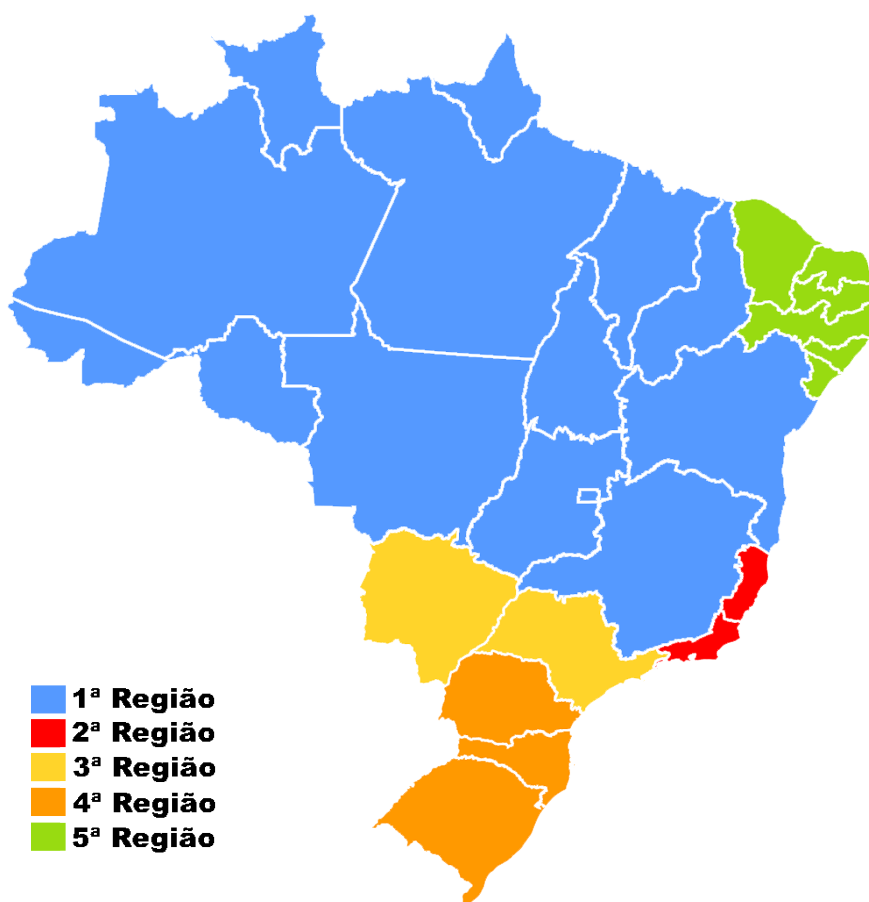
No caso da 2ª Região (Rio e Espírito Santo), o sistema eletrônico já permite o cadastramento remoto do advogado através de sua certificação digital da OAB, sendo, neste caso, dispensado o envio de documentos pelas demais regiões.

Desde o dia 7 de janeiro de 2015 os advogados que possuem certificação digital emitida pela OAB poderão usá-la para se habilitar nos serviços do processo eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, ficando dispensados de validar o cadastro pessoalmente no Tribunal ou nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Com a novidade, os profissionais que efetuarem o cadastro usando o seu certificado digital do órgão de classe estarão automaticamente aptos a utilizar os serviços de Peticionamento (Inicial e Intercorrente), PUSH e Consulta de Peças de Processos pela internet.

Leia no www.trf2.jus.br ou no www.jfes.jus.br o manual com as instruções para efetuar o cadastro no processo eletrônico com a certificação digital da OAB.

*NCS/JFES, com informações da ACOI/TRF2



► Justiça Federal lança no dia 25/3 pedra fundamental da sede definitiva da Subseção Judiciária de Serra

A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) realizará, no dia 25 de março, na presença do presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargador federal Sergio Schwaitzer e do diretor do foro da Seção Judiciária capixaba, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, solenidade de lançamento da pedra fundamental da sede definitiva da Subseção Judiciária de Serra.

A sede da Subseção, que hoje funciona em imóvel alugado na Serra-Sede, será construída em terreno de 4 mil metros quadrados, na Av. Norte-Sul, loteamento Civit, Setor II, próximo ao terminal rodoviário de Laranjeiras.

Projetado com previsão de expansão futura para três varas federais, o prédio contará com condições plenas de acessibilidade, sala para a OAB e área de custódia e será sustentável, contando com cerca de 2 mil metros quadrados de área de preservação ambiental, sistema de aproveitamento de água de chuva, além de sistema de ar condicionado com gás ecológico. A entrega da obra está prevista para meados de 2016.

Instalada em dezembro de 2010, a Vara Federal de Serra tem competência para julgar processos em todas as matérias, exceto criminal. Atualmente tramitam na vara em torno de 11 mil processos.





► Biblioteca disponibiliza 43 novos títulos

A Seção de Documentação e Divulgação (Sedod/NAJ) apresenta 43 novos títulos disponíveis para consulta e empréstimo na Biblioteca da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES).

Confira alguns deles:

- Dicionário de direito, economia e contabilidade: português-inglês/inglês-português = Dictionary of Law, Economics and Accounting: Portuguese-English/English-Portuguese, de Marcílio Moreira Castro. 2013;
- A prova em questões tributárias, de Hugo de Brito Machado. 2014;
- O conceito de insumo no PIS/COFINS, de Janssen Hiroshi Murayama. 2015;
- Ensino jurídico: diálogo entre teoria e prática, de André Macedo de Oliveira. 2004;
- Ministério Público: vinte e cinco anos do novo perfil constitucional: constituinte e CF/1988 (Memórias e História), a criação de uma identidade (Doutrina), coordenado por Walter Paulo Sabella, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo e José Emmanuel Burle Filho. 2013;
- Direito imobiliário: o registro de imóveis e suas atribuições: a nova caminhada, de Ulysses da Silva. 2013.

A Biblioteca da JFES fica no oitavo andar do prédio sede (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória) e atende pelos telefones (27) 3183- 5117 e 5002.

► Acompanhe as próximas sessões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais

Dia 24/3, às 14h (1ª Turma) e às 16h (2ª Turma), no quarto andar da sede da JFES, em Vitória.

► Exposição



O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal, em Vitória/ES, e a Justiça Federal do Espírito Santo, convidam

EXPOSIÇÃO JOYCE MORAIS BANDEIRA

Abertura
10 de março de 2015, às 18h

Visitação
10 a 27 de março de 2015
De segunda a sexta, das 12h às 17h

Local
Justiça Federal do Espírito Santo
Av. Mascarenhas de Moraes, 1877
Informações: nccjf@jfes.jus.br



► Inscrições para estágio nas varas federais em Vitória/ES

Estágio Jurídico na Justiça Federal

EDITAL COMPLETO EM www.trf2.gov.br/emarf

Vitória/ES
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877,
Monte Belo, Tel. (27) 3183-5187
de 2ª a 6ª, das 12h às 17h

Inscrições Abertas

Processo Seletivo Para Estudantes de Direito do 5º ao 9º Período

Inscrições Gratuitas

INSCRIÇÕES
De 23/02 a 20/03/2015, às 17 horas, mediante preenchimento de formulário padronizado de inscrição, no site www.jfes.jus.br (link estágios - área de atuação Emarf), e envio para o e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br.

REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO
• Estar cursando entre o 5º e 9º período de Direito de instituição de ensino credenciada no MEC

PROVA
25/03/2015, das 14h às 17h, no auditório da Justiça Federal do Espírito Santo.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO
20 (vinte) horas semanais (dentro do expediente judiciário)

REMUNERAÇÃO
R\$ 798,60 (setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) mensais mais auxílio-transporte

Realização: 
EMARF
Escola da Magistratura Regional Federal 2ª Região

► Processo seletivo estágio nos juizados e turmas recursais



• DIREITO

ESTAGIÁRIOS

PARA A JUSTIÇA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Inscrições de 05 a 20/03/2015
Preencha o formulário disponível no site www.jfes.jus.br/menu/estagios.jsp e envie pelo e-mail: estagio@jfes.jus.br.
O estagiário terá direito a bolsa-auxílio (R\$ 798,60) + auxílio-transporte (R\$ 107,80) = R\$ 906,40, por 4 horas diárias (segunda a sexta) de estágio.
Prova: 24/03/2015

Informações:
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877
Monte Belo, Vitória - Telefones: (27) 3183-5047/ 5135,
de 12 às 19 horas.
www.jfes.jus.br



NOTÍCIA DO CJF

► Justiça Federal divulga o resultado das metas de 2014*

Com o objetivo de avaliar o desempenho da Justiça Federal em 2014 e sugerir temas para apreciação do Comitê Gestor da Estratégia (COGEST), magistrados, diretores gerais e dirigentes das áreas de gestão se reuniram no Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, no dia 5/3.

O encontro foi aberto pelo secretário-geral do CJF, juiz federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, que na ocasião afirmou que a participação de servidores e juizes dos tribunais regionais federais colabora para uma justiça mais eficiente. “Esse é mais um trabalho relevante tanto para o CJF quanto para toda a Justiça Federal. Para nós, essa parceria é muito importante, pois somente assim poderemos implantar todos os projetos”, disse.

Na reunião, foram apresentados os resultados dos cinco TRFs no cumprimento das metas de 2014 do Poder Judiciário, bem como os avanços das metas específicas da Justiça Federal. O conjunto das metas nacionais prevê ações para agilizar o julgamento dos processos, aumentar a eficiência da Justiça e modernizar o Judiciário brasileiro.

Meta 1

Na meta 1, de julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, a Justiça Federal registrou o cumprimento de 81,68%, desempenho que ficou pouco abaixo do alcançado no ano passado (95,45%).

Para o secretário de Desenvolvimento Institucional do CJF, Ivan Bonifacio, os números da meta 1 indicam que ainda há um descompasso entre a demanda de serviços judiciais e a entrega da prestação jurisdicional. “Apesar do aumento da produção de julgados, que em 2014 foi 12% maior que em 2013, o ingresso de novos processos na Justiça Federal é ainda muito maior, sendo que em 2014 foi 31% superior ao de 2013.”

No que tange ao cumprimento da meta 1 por instâncias judiciais, em 2014, o TRF1 atingiu 68,39% de cumprimento nas varas não criminais e 60,09% nas criminais. No segundo grau o desempenho foi melhor, com 80,90% na área cível e 72,32% na área criminal. Nos Juizados Especiais não criminais a primeira região alcançou 71,99% e nos criminais 66,36%.

Na área criminal, o TRF2 superou a meta no primeiro grau (138%) e nos Juizados Especiais (145%) e apresentou ótimos índices nas Turmas Recursais (89,47%) e bom desempenho no segundo grau (78,74%). Na área cível, superou a meta nas Turmas Recursais (115,32%) e alcançou ótimo desempenho no primeiro grau (90,83%), no segundo grau (91,69%) e nos Juizados Especiais (94,41%).

O TRF3, por sua vez, foi o regional que apresentou o melhor desempenho em 2014 na área criminal, superando a meta em todos os graus de jurisdição, com 186,47% no primeiro grau, 113,89% no segundo grau, 136,59% nos Juizados Especiais e 172% nas Turmas Recursais. Na área cível, igualmente, superou a meta no primeiro grau (105,62%) e no segundo grau (133,14%). Nos Juizados Especiais Cíveis (64,74%) e nas Turmas Recursais Cíveis (77,24%), a meta de julgar mais processo que o número de distribuídos não foi alcançada.

Na área criminal, a quarta região superou a meta 1 no segundo grau (104,07%). Ainda nessa área, o desempenho no primeiro grau (83,32%) e nos Juizados Especiais (81,14%) foi bom. No cível, a quarta região ficou próxima de alcançar a meta no segundo grau (91,49%) e nas Turmas Recursais (93,79%).

Na área criminal, a quinta região superou a meta no primeiro grau (137,20%) e apresentou bom desempenho no segundo

grau (81,08%). No cível, também superou a meta no segundo grau (104,11%) e nas Turmas Recursais (115,30%) e apresentou ótimo desempenho no primeiro grau (91,75%) e nos Juizados Especiais (95,57%).

Representantes dos regionais que participaram da reunião destacaram que há hoje um grande número de processos que estão prontos para julgamento e que não podem ser solucionados, pois estão sobrestados aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em sede de Repercussão Geral ou por se enquadrar como tema de recurso repetitivo. Segundo informaram os dirigentes do TRF4, cerca da metade do acervo de processos pendentes de julgamento de toda a região refere-se a processos sobrestados que aguardam decisão das cortes superiores.

O secretário-geral do CJF solicitou aos regionais que enviem até o dia 19 de março informações detalhadas sobre o acervo de processos sobrestados para que se possa discutir e apresentar uma proposta de solução ao Comitê Gestor da Estratégia – COGEST.

Meta 2

Sobre a meta 2, que solicita prioridade no julgamento de processos mais antigos em tramitação na Justiça Federal, é possível afirmar que em 2014 todos os regionais conseguiram julgar, ao menos, 80% dos processos com mais de seis anos de tramitação em cada instância. Conforme esclareceu o Secretário de Desenvolvimento Institucional do CJF, no final de 2014 ainda havia cerca de 200 mil processos antigos pendentes de primeiro julgamento, o que significa menos de um mês de trabalho.

Em relação ao julgamento dos processos com seis anos ou mais de tramitação, o TRF5 foi quem teve o melhor resultado. Nessa região, 100% dos processos que haviam sido distribuídos e não julgados até 31 de dezembro de 2008, tiveram primeiro julgamento; a quarta e a segunda região também apresentaram ótimo desempenho, deixando de dar primeira decisão em apenas 3% dos processos mais antigos. A terceira região alcançou 89,87% da meta e a primeira 80,75%.

Nos juizados e nas Turmas recursais, a meta era garantir que pelo menos 80% dos processos com mais de quatro anos tivessem, ao menos, uma decisão tendente a por fim ao processo. A apuração dos dados demonstrou que todas as regiões cumpriram essa diretriz.

Meta 4

Quanto à meta 4, que previa a identificação e julgamento até 31 de dezembro das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública e à improbidade administrativa, o TRF2 foi quem se destacou, cumprindo 145,72% da meta, com julgamento de 1,69 mil processos, acompanhado de perto pela quinta região, que julgou mais de 1,3 mil feitos e cumpriu 116,87% da meta e pela quarta região que, com o julgamento de pouco mais de dois mil processos, alcançou 115,82% de cumprimento. Em números absolutos, foi o TRF1 que mais julgou processos dessa natureza, tendo proferido mais de 3,4 mil decisões em 2014 em relação aos processos distribuídos até dezembro de 2012.

Metas específicas da Justiça Federal

Em relação à satisfação do usuário, meta específica da Justiça Federal, o grupo mostrou que as instalações físicas dos órgãos atingiram o contentamento de 70,3% dos usuários; já o atendimento pela internet ou por e-mail ficou com 63,9%, enquanto o atendimento no balcão com 60,3%.

Sobre as instalações das varas em 2014, todas as que estavam previstas foram implantadas. Dessa forma, os cinco TRFs atingiram 100% na taxa de implantação, são elas: 18 na 1ª Região; cinco na 2ª Região; oito na 3ª Região; cinco na 4ª Região; e 10 na 5ª Região.

Acesso à Justiça

Para garantir maior acesso à justiça, também estava planejada a nomeação de 577 juízes federais entre 2012 e 2014. Por dificuldades administrativas no processo seletivo, até o final de 2014 apenas 206 magistrados haviam entrado em exercício. Diante desse quadro, o grupo estuda medidas para agilizar os procedimentos administrativos e suprir o mais rápido possível os cargos vagos.

Quanto ao número de audiências de conciliação designadas em 2014, os TRFs 2 e 4 foram os que mais se destacaram. Eles atingiram, respectivamente, 104,3% e 89,6% da taxa de audiências de conciliação prevista para 2014.

O grupo também considerou apto para ser encaminhado à aprovação do COGEST o novo Glossário de Metas, produto do Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2015/2020. Bonifacio apresentou o documento e ouviu as sugestões do grupo. “O material é produto de várias reuniões e muitas horas de discussão. Esse documento detalha todas as metas para que não haja dúvida de como devem ser cumpridas e servirá para uniformizar as principais ações”, explicou. Ainda segundo o secretário, o glossário já estava previsto e faz parte do cronograma de implementação. “Atualmente, já existe um glossário geral instituído pelo CNJ, para todo o Judiciário, mas o nosso é totalmente voltado para a Justiça Federal”, explicou.

Programação do I Encontro Nacional

Durante a reunião, também foi discutida a programação do I Encontro Nacional da Justiça Federal, ocasião em que será realizada a primeira avaliação do cumprimento da estratégia 2015-2020. O evento é voltado para magistrados, diretores gerais e dirigentes da área de Planejamento Estratégico, representantes das áreas de Gestão de Pessoas, bem como representantes do CNJ, Tribunal de Contas da União e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). A previsão é que ele aconteça no CJF, nos dias 28 e 29 de abril. O Plano de Comunicação da Estratégia também foi apresentado ao grupo.

*Fonte: CJF



NOTÍCIA DO CNJ

► Justiça Federal supera em 30% meta de conciliação de contratos do SFH*

Ministérios das Cidades

Os tribunais da Justiça Federal superaram em 30,29% a meta para designação de audiências de conciliação de contratos envolvendo o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A meta era agendar 3.400 audiências ao longo de 2014. Segundo levantamento feito pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no ano passado foram designadas 4.430 audiências de conciliação pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs).



Ainda de acordo com o levantamento, 48% das audiências realizadas resultaram em acordos entre os mutuários e a Caixa Econômica Federal (CEF), com o retorno de R\$ 70,3 milhões ao SFH. Os valores recuperados são revertidos para novos financiamentos. As metas são definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em conjunto com representantes dos TRFs, da CEF e da Emgea.

O TRF da 1ª Região foi o que registrou o maior percentual de acordos, apesar da meta de audiências não ter sido cumprida. No total, foram designadas 1.111 audiências e houve acordo em 59% delas. A meta estabelecida para o ano era de 1.255 audiências. O montante recuperado com as conciliações fechadas foi de R\$ 20,6 milhões.

No TRF da 2ª Região, foram designadas 381 audiências a mais do que a meta, que era de 520. Houve acordo em 46% das audiências realizadas. O total levantado com os acordos fechados pelo TRF2 foi de R\$ 19,7 milhões. Já o número de audiências designadas pelo TRF da 3ª Região ao longo de 2014 superou em 179% a meta estabelecida, que era de 640 audiências. No total, foram designadas 1.145 audiências de conciliação com mutuários e arrecadados R\$ 9.279.601 com os acordos fechados.

No TRF4 foram designadas 462 audiências e arrecadados R\$ 9,2 milhões com os acordos, fechados em 48% das audiências realizadas. No TRF5 foram marcadas 811 audiências, 231 a mais do que a meta prevista. O valor arrecadado foi de R\$ 11,5 milhões.

No dia 25 de março, o conselheiro Guilherme Calmon, responsável pelo tema da conciliação na Justiça Federal no âmbito da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, reúne-se com membros dos TRFs, da CEF e da Emgea para definir as metas de conciliação de contratos do SFH em 2015.

*Tatiane Freire/Agência CNJ de Notícias

Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

